

#COERÊNCIA
O EIXO DO DESENVOLVIMENTO

DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

QUADRO DE AÇÃO PARA POLÍTICAS COERENTES



1. ENQUADRAMENTO

A segurança alimentar e nutricional implica o acesso permanente a alimentos suficientes, seguros, saudáveis e nutritivos, a preços acessíveis, para que as pessoas possam satisfazer as suas necessidades básicas e ter uma vida ativa e saudável. Apesar de **o direito à alimentação ser um direito humano internacionalmente consagrado**, este não está assegurado para boa parte da população mundial, refletindo-se noutros direitos e comprometendo as perspetivas de uma vida digna, particularmente nos países e nos setores populacionais com maior pobreza e vulnerabilidades.

Nos últimos anos, a **confluência de várias crises globais e dos seus impactos nos sistemas alimentares** (incluindo os impactos dos conflitos, das alterações climáticas, dos choques económicos pós-pandemia, etc.) interliga-se com características das cadeias de abastecimento globais (marcadas por desigualdades e desequilíbrios de poder), das práticas agrícolas e de produção de alimentos (maioritariamente não sustentáveis) e do consumo de alimentos (evolução das dietas alimentares que não favorece opções de consumo sustentável e consciente) que acabam por **reforçar essas assimetrias e injustiças globais**. As tendências comprometem ainda mais a soberania alimentar, ou seja, a autonomia dos povos para controlarem e definirem as suas próprias políticas agrícolas e alimentares, promovendo práticas sustentáveis e adequadas aos contextos locais, que reforcem a sua resiliência e respeitem a sua diversidade.

Desta forma, **apesar de a humanidade dispor dos recursos necessários para erradicar a pobreza extrema no espaço de uma geração, incluindo a erradicação da fome e de todas as formas de subnutrição**, a evolução dos últimos anos traça um cenário de tendência inversa, com o mundo a viver uma crise alimentar e o descaramento das causas profundas e sistémicas da insegurança alimentar. A forma como os alimentos são hoje produzidos, fornecidos e consumidos levantam questões sobre o respeito pelos direitos humanos, a justiça e a igualdade.

A insegurança alimentar e nutricional é simultaneamente uma **causa e efeito da pobreza**. A resposta ao fenómeno da fome assume-se como um **imperativo moral, político, económico e social** e a construção de sistemas agroalimentares mais justos e sustentáveis é crucial para esse desígnio, sendo também como condição necessária para a consecução da Agenda 2030 nas suas várias dimensões.

A segurança alimentar e nutricional é multidimensional e exige **abordagens sistémicas**, equacionando as várias dimensões dos sistemas alimentares, incluindo interligações com **fatores e impactos a nível ambiental, social e humano**. Nesse sentido, a promoção ativa da **Coerência das Políticas para o Desenvolvimento** (CPD) é fundamental. Por um lado, assegura que se tenham em devida conta os impactos das políticas ligadas aos sistemas agroalimentares (agrícola, comercial, de investimento, etc.) nos países mais pobres, reformulando-as para mitigar os eventuais efeitos nocivos. Por outro lado, permite potenciar sinergias entre intervenientes e entre políticas e medidas, no sentido da construção de sistemas agroalimentares globais e nacionais que priorizem a acessibilidade, a adequação e a sustentabilidade, de acordo com os padrões internacionais de direitos humanos, com benefícios mútuos para a humanidade e o planeta.



“Isto é mais do que um fracasso dos sistemas - é um fracasso da humanidade. A fome no século XXI é indefensável.(...)”

Temos de reunir o financiamento, as inovações e a solidariedade global para construir um futuro com segurança alimentar e resistente ao clima, que todas as pessoas, em todos os lugares, precisam e merecem.”

[António Guterres](#), Secretário-Geral das Nações Unidas, maio de 2025.



Separador_economia e desenvolvimento_opção2_mariano-da-silva-0fQfyLivHJg-unsplash_Timor leste 2023

VÍDEO

O que são sistemas agroalimentares?



VÍDEO

Conheça a situação da Alimentação e Agricultura no mundo



VÍDEO

As desigualdades nos sistemas agroalimentares



2. DAS PERCEÇÕES AOS FACTOS

Sabemos que a fome é uma realidade persistente no mundo, mas será que temos consciência dos números concretos da insegurança alimentar na sua multiplicidade de aspetos? E que dados e evidências existem sobre as desigualdades mundiais nestas matérias? Os sistemas agroalimentares interligam-se com todas as dimensões do desenvolvimento global – social, económica e ambiental –, pelo que é importante ter uma perspetiva fundamentada, informada e consciente sobre os factos e dados que incorporam as tendências nesta área, que possa servir de base para a definição e implementação de políticas coerentes.

Os números da fome e insegurança alimentar continuam a agravar-se: quem está a ser deixado para trás?

A situação da fome e da insegurança alimentar no mundo é preocupante: cerca de 733 milhões de pessoas no mundo enfrentam a fome em 2025, ou seja, 1 em cada 11 pessoas (em África, 1 em cada 5 pessoas). Mais de 258 milhões de pessoas, em 58 países, estão em situação de insegurança alimentar aguda/muito grave (em comparação com 135 milhões de pessoas, no início de 2020), enquanto a ajuda alimentar e humanitária tem registado uma tendência de descida, originando uma grande lacuna entre as necessidades e as capacidades de resposta.

A maioria dos indicadores a nível mundial está hoje pior do que no período pré-pandemia: entre 2019 e 2022, a prevalência da subnutrição aumentou de 7,9% para 9,2% e a prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave subiu de 25,3% para 29,6% - sendo estas percentagens ainda maiores nas zonas rurais, e nas regiões mais pobres do mundo, com a África Subsaariana (em proporção da população total) e a Ásia Central e do Sul (em número de pessoas) a serem as regiões mais afetadas.

Cerca de 9 milhões de pessoas morrem anualmente de causas ligadas à fome e desnutrição, sendo uma boa parte crianças abaixo dos 5 anos, uma vez que a insegurança alimentar é uma causa importante da mortalidade infantil.

Quase 1/3 das pessoas no mundo não consegue ter acesso a uma dieta saudável e nutritiva por não ter recursos financeiros para isso (2,8 mil milhões de pessoas), sendo esta proporção muito maior nos países de baixos rendimentos (onde 72% da população não consegue pagar esses alimentos) do que nos países de rendimento elevado (em que 6% da população não consegue suportar estes custos).

Os principais fatores mundiais que contribuem para o agravamento destas tendências são os conflitos violentos (pois mais de 65% das pessoas afetadas por insegurança alimentar grave vivem em países frágeis e afetados por conflitos), as alterações climáticas (que poderão cortar o rendimento e diversidade das colheitas já em 30% até 2030) e os choques económicos (afetando a disponibilidade, inflação e preço dos alimentos). Vários dos países com maiores fragilidades têm sofrido com estes fatores em simultâneo, nos últimos anos.

Não existe um único país que tenha atingido as suas metas relativas ao ODS 2 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a maioria está a afastar-se do seu cumprimento. A manterem-se as tendências atuais, cerca de 582 milhões de pessoas continuarão a enfrentar a fome em 2030, metade das quais em África.

Desigualdades nos sistemas agroalimentares

As desigualdades nos sistemas alimentares mundiais e a distribuição desigual dos alimentos e recursos é profunda: o mundo produz hoje alimentos suficientes para alimentar mais do que a população mundial, mas mais de mil milhões de refeições são desperdiçadas todos os dias no mundo e até 40% do total de alimentos é perdido ou desperdiçado ao longo das cadeias de valor.

Os pequenos agricultores produzem cerca de 1/3 dos alimentos para consumo humano no mundo, mas a prevalência da pobreza continua a ser muito maior nas zonas rurais do que nas zonas urbanas. Simultaneamente, os países com menores rendimentos tendem a ter maiores percentagens da sua população empregada no setor agrícola - por exemplo, na África Subsariana, em média, 52% das pessoas têm meios de subsistência que dependem do setor agrícola (na União Europeia são apenas 4% da população), mas permanecem em situação de pobreza. Ao mesmo tempo, os países africanos são importadores de alimentos e muito dependentes dos mercados globais, com pelo menos 82% das importações de alimentos básicos a virem de fora do continente, o que agrava as desigualdades.

Impactos nocivos para as pessoas e o planeta

A forma como estão organizados os sistemas agroalimentares conduz a que sejam hoje responsáveis pela exploração insustentável dos recursos naturais, altamente poluentes, a principal causa de desflorestação e de perda de biodiversidade. Cerca de 1/3 da terra arável está degradada e metade dos stocks piscícolas estão praticamente esgotados. O setor agroalimentar gera atualmente cerca de 30% das emissões globais de gases com efeitos de estufa (GEE), podendo gerar até 50% em 2050 se não forem transformados. Todos os anos, mais de 25 milhões de pessoas sofrem de envenenamento agudo por pesticidas, devido à agricultura intensiva e industrial.

A maioria das terras agrícolas é usada para pastagem de gado e produção de alimentos para animais, não para consumo humano direto. Muitos produtos alimentares, especialmente a carne e laticínios, têm uma enorme pegada ecológica, pelo uso insustentável de matérias-primas e água. Uma alimentação de base vegetal permitiria utilizar menos 75% das terras agrícolas no mundo.

À exploração insustentável dos recursos do planeta, junta-se o aumento contínuo da procura de alimentos, bens e serviços ligados ou provenientes da agricultura (incluindo colheitas, gado, florestas, pescas, etc.). Se não houver uma mudança nos sistemas agrícolas e alimentares, e tendo em conta o aumento do consumo de alimentos, a procura total de alimentos a nível mundial deverá aumentar entre 35% a 56%, entre 2010 e 2050 – o que irá agravar as assimetrias existentes.

Pelo contrário, um sistema agroalimentar mundial alinhado com os ODS poderia gerar valor económico entre \$5 a 10 biliões por ano, criar mais de 200 milhões de empregos full-time até 2050, aumentar a resiliência ao risco climático e ajudar a restaurar ecossistemas, gerar mais rendimento das colheitas e assegurando alimentos nutritivos e a preços acessíveis para todos.

Figura: Impactos nocivos dos sistemas agroalimentares

SOBRE-EXPLORAM E UTILIZAM DE FORMA INEFICIENTE OS RECURSOS NATURAIS



CONDUZEM A UM PLANETA EM DETERIORAÇÃO...



E A PESSOAS POUCO SAUDÁVEIS...



Figura 1. Os sistemas alimentares são atualmente a principal ameaça à natureza e à saúde humana, mas também podem ser a principal solução para múltiplas crises enfrentadas pela humanidade.

Desigualdades de género

As desigualdades mundiais nos sistemas agroalimentares são também de género: as mulheres constituem 60% das pessoas em situação de insegurança alimentar crónica, gerando um círculo vicioso de pobreza e injustiça social.

Paralelamente, no setor agrícola, as mulheres estão sobre representadas no trabalho sazonal, informal, a tempo parcial e com baixos salários, tendo menor proteção social. As mulheres têm muito menos acesso, controlo e propriedade da terra e de outros ativos produtivos do que os homens: por exemplo, menos de 15% dos proprietários de terras agrícolas a nível mundial são mulheres, embora esta percentagem varie muito de país para país. Nos países mais frágeis, a persistência de discriminações nas políticas e práticas, a fraca fiscalização das leis, as normas sociais e outros obstáculos, contribuem conjuntamente para a perpetuação de fatores de desigualdade, particularmente nas zonas rurais.

A promoção de políticas promotoras da igualdade de género é crucial para a justiça social e climática e para alcançar sistemas agroalimentares mais equitativos e sustentáveis. A eliminação das disparidades de género na produtividade das explorações agrícolas e das disparidades salariais no emprego no sistema agroalimentar poderia aumentar o PIB mundial em 1% - ou seja, quase \$1 bilião (*trillion*) USD - contribuir para eliminar a fome para 150 milhões de pessoas e diminuir a insegurança alimentar em cerca de 17% no mundo.

QUIZZ

O que sabe sobre perda e desperdício de alimentos?



MAPAS INTERATIVOS:

Das crises alimentares no mundo



Mapas interativos:

Da insegurança alimentar



3. INTERLIGAÇÕES COERENTES

A (in)segurança alimentar e nutricional interliga-se com múltiplos fatores e impactos a nível ambiental, social, económico e de direitos humanos, que afetam, de forma positiva ou negativa, as aspirações das pessoas a uma vida digna, o progresso das sociedades e as perspetivas de desenvolvimento, em todos os lugares do mundo. A evolução para sistemas agroalimentares justos e equitativos contribui para reduzir a pobreza, promover uma saúde e educação de qualidade, aumentar a coesão social – e, em sentido contrário, também os progressos nestas áreas são determinantes para alcançar maior soberania alimentar e promover o direito à alimentação para todos.

Pobreza e desigualdades



Pobreza e insegurança alimentar interligam-se num mesmo círculo, uma vez que as pessoas ou grupos sociais com menores rendimentos, maior marginalização económica, vulnerabilidade e risco de exclusão social são mais afetados pela fome e pela desnutrição, enquanto a falta de acesso a alimentos básicos adequados pode manter as pessoas presas num ciclo de pobreza e privação.

Nos países mais afetados pela insegurança alimentar, é muito mais difícil reduzir a pobreza e promover processos de desenvolvimento sustentados, uma vez que a fome, a subnutrição, a desnutrição e a má-nutrição têm grande impacto na saúde, na aprendizagem e no desenvolvimento humano, na produtividade e nas economias. O aumento dos preços dos bens alimentares a nível mundial, simultaneamente fator agravante e sintoma da crise alimentar em curso, representa uma fatura mais pesada para os países mais pobres, onde os custos com a alimentação constituem uma fatia maior dos orçamentos das famílias e do próprio Estado, e onde existem menores capacidades internas e recursos financeiros para corresponder a esses aumentos.

Uma população saudável é condição básica para o desenvolvimento económico e social, e isso depende da realização do Direito à Alimentação, que por sua vez implica políticas promotoras de redução da pobreza e das desigualdades. O fenómeno da fome tem subjacente várias desigualdades (geográficas, de rendimento, de género, etc.) que estão enraizadas em discriminações estruturais e desequilíbrios de poder económico, social e político. Por exemplo, a promoção dos direitos humanos das mulheres, através da redução das desigualdades de acesso a bens (comunitários, familiares e individuais) e a meios de produção (como a propriedade da terra), é um fator fundamental para melhorar o direito à alimentação em todo o mundo.

Ambiente e alterações climáticas



Promover a segurança alimentar de forma sustentável é essencial para proteger os recursos naturais e ambiente. Com efeito, quando os modelos de produção agroalimentar são geridos de forma sustentável, podem contribuir para preservar e restaurar habitats fundamentais, ajudar a proteger bacias hidrográficas e melhorar a qualidade dos solos e da água, sendo uma componente fundamental do desenvolvimento sustentável.

No entanto, nas últimas décadas, temos assistido a uma degradação dos recursos naturais e da biodiversidade, com evidentes reflexos na segurança alimentar e nutricional. Por outro lado, a insegurança alimentar tem aumentado em zonas afetadas por catástrofes, desastres naturais e eventos extremos (inundações, tempestades, secas prolongadas, pragas e doenças), potenciados pelas alterações climáticas, os quais têm um impacto cada vez maior nas práticas agrícolas e no desenvolvimento.

Os esforços de redução de emissões no setor agroalimentar devem incluir alterações nos padrões de produção agrícola e nos processos antes de depois da produção, ou seja, ao longo das cadeias de abastecimento. Devem também englobar questões tão variadas e complexas como a necessidade de ajustamento para dietas alimentares mais saudáveis e equilibradas, a redução do desperdício alimentar ao longo de toda a cadeia de valor, a gestão das florestas, a aplicação e partilha de novas tecnologias, ou a necessidade de aumentar a adaptação e resiliência ao risco climático.

Direitos Humanos



O Direito Humano a uma Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA) é reconhecido internacionalmente como direito fundamental, para que todos possam viver com dignidade, saúde e liberdade – que são também pilares dos direitos humanos. A insegurança alimentar é uma violação dos direitos humanos e os Estados tem a obrigação legal e moral de respeitar, proteger e realizar esse direito.

Deste dependem vários outros direitos (à vida, à saúde, à educação, ao trabalho, etc.), sendo essencial para a prossecução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, uma vez que uma alimentação adequada contribui para reduzir a pobreza, diminuir as desigualdades, promover uma saúde e educação de qualidade, bem como a igualdade de género – e, em sentido contrário, também os progressos nestas áreas são determinantes para alcançar maior soberania alimentar e promover o DHANA.

A organização das cadeias de abastecimento de vários bens agroalimentares propicia situações enquadráveis como violações do direito à alimentação adequada e de outros direitos humanos. Na produção e processamento, são frequentemente praticados salários exíguos, não existem condições de segurança adequadas e os direitos laborais não são cumpridos, para além de ocorrerem violações dos direitos humanos (como o trabalho infantil, trabalho forçado e condições equivalentes à escravatura) que frequentemente não são sancionadas ou sequer identificadas. É necessário que as políticas ligadas à segurança alimentar sejam implementadas com uma abordagem de direitos humanos.

Agricultura, recursos naturais e produção sustentável



Práticas agrícolas sustentáveis promovem a conservação dos recursos naturais e a resiliência dos sistemas alimentares, enquanto práticas insustentáveis comprometem a capacidade de produção de alimentos seguros e nutritivos, mesmo que a curto-prazo possa parecer o contrário. A promoção da agricultura intensiva e industrial tem contribuído a destruição de ecossistemas (incluindo a desflorestação) e recursos naturais (solo, água), a utilização alargada ou abusiva de fertilizantes, pesticidas e químicos, a perda de diversidade genética das sementes e plantas, desequilíbrios e insustentabilidade das cadeias de abastecimento (p. ex. a exportação para longas distâncias e a concentração da distribuição), entre outros efeitos.

Isto porque o enfoque tem estado na expansão, intensificação e crescimento da produção agroalimentar e sua eficiência - justificada pela necessidade de alimentar uma população mundial em crescimento - sem que sejam equacionados outros caminhos possíveis com menores impactos ambientais e humanos. O sistema agroalimentar mundial é, na verdade, um espelho e produto do rumo de desenvolvimento económico prosseguido, assente no crescimento económico ilimitado e na produção e consumo em massa, dependendo da extração, processamento e utilização de uma quantidade cada vez maior de recursos naturais do planeta.

A evolução para uma agricultura mais sustentável a todos os níveis implica, segundo a FAO/Nações Unidas, que os sistemas agroalimentares evoluam no sentido de promover o aumento da produtividade, emprego e valor acrescentado nesses sistemas, implementando práticas mais eficientes; contribuam para a conservação, proteção e valorização dos recursos naturais; protejam e melhorem a subsistência dos meios rurais, a equidade e o bem-estar social; aumentem a resiliência das pessoas, comunidades e ecossistemas; e assentem em mecanismos de governação responsáveis, justos e eficazes, que se adaptem aos novos desafios. Estas transformações são possíveis, mas exigem políticas coerentes e ativas, para que a evolução das práticas agrícolas passe a ter por objetivo central melhorar a segurança alimentar e nutricional.

Conflitos, instabilidade política e tensões sociais



Os conflitos violentos são um fator preponderante de agravamento da insegurança alimentar e das crises alimentares no mundo, causando diretamente crises humanitárias e deslocamento forçado, perda de meios de subsistência e de recursos naturais, disrupção no comércio e nas cadeias de abastecimento alimentar. Por seu lado, a persistência da insegurança alimentar pode contribuir também para tensões sociais, instabilidade política e conflitos, calculando-se que um aumento de 25% na insegurança alimentar contribua para agravar o risco de conflito em 36%.

Com o aumento da conflitualidade e a existência de situações de crise humanitária e de fragilidade dos Estados mais prolongadas, as crises alimentares tendem a tornar-se mais complexas, demoradas e difíceis de reverter. Além disso, as guerras estão a contribuir para uma reconfiguração geoeconómica dos mercados alimentares mundiais a médio-prazo.

A fome e a privação de comida têm sido, há muitos anos, utilizados como arma de guerra, nos mais variados contextos e latitudes. O Conselho de Segurança das Nações Unidas reconheceu os conflitos violentos como causa fundamental das crises alimentares e da fome (Resolução 2417, de maio de 2018), tipificando também a privação de alimentos a civis como um crime de guerra. Este aspeto contribuiu também para atribuição do Nobel da Paz ao Programa Alimentar Mundial (PAM) das Nações Unidas, em 2020, reconhecendo a importância da ajuda alimentar para a prossecução da paz.

Garantir a segurança alimentar é um aspeto importante para promover a coesão social, reduzir a migração forçada e mitigar os riscos de conflitos relacionados à escassez de alimentos. A existência de uma paz positiva e duradoura permite a criação de condições para a recuperação dos meios de subsistência e para a realização do Direito à Alimentação.

Comércio e investimento



Implementar políticas comerciais e de investimento que tenham em atenção as desigualdades nas cadeias de valor dos produtos agroalimentares, que respeitem direitos sociais e laborais, e que coloquem os incentivos (fiscais, financeiros, regulamentares) em práticas mais sustentáveis é fundamental para colmatar os desequilíbrios e injustiças que marcam hoje os sistemas agroalimentares.

Nos últimos anos, os fatores de crise que tinham sido espoletados ou agravados pela pandemia foram ainda mais reforçados: subida dos preços internacionais dos produtos alimentares de base e nos fatores de produção agrícola, disrupção nas cadeias de abastecimento agrícola e alimentar, aumento dos custos de transporte e de energia, aumento do protecionismo e das barreiras comerciais (incluindo tensões geopolíticas e guerras comerciais), e outros efeitos de choque nos mercados internacionais – agravando desigualdades mundiais. Pela natureza das suas economias, os países mais pobres e vulneráveis, como os Países Menos Avançados (PMA), na sua maioria situados na África Subsaariana, têm grande exposição e vulnerabilidade a choques nos mercados internacionais. Isso mesmo se verificou com os impactos da guerra na Ucrânia, especialmente no comércio de cereais, com impactos na segurança alimentar. É necessário agir na defesa de um sistema de comércio mais livre e justo, assente em regras que não penalizem ainda mais os que já estão a ser deixados para trás.

Saúde e Educação



Existe uma forte ligação entre segurança alimentar e os vários indicadores de desenvolvimento social e humano. A segurança alimentar é um determinante social da saúde, ou seja, um fator externo que influencia o bem-estar da população: países e comunidades que não têm acesso regular a alimentos suficientes, seguros e nutritivos registam maior incidência de mortalidade infantil e materna, atraso no crescimento de crianças (desnutrição), comprometimento do sistema imunológico e maior suscetibilidade a doenças infecciosas, que se repercutem na qualidade de vida – e especialmente preocupantes nos grupos sociais mais vulneráveis.

Por seu lado, a segurança alimentar é essencial para que as pessoas mantenham a sua saúde e possam realizar plenamente o seu potencial, incluindo na educação e no emprego. Uma alimentação adequada fomenta as aprendizagens e o desenvolvimento cognitivo e reduz problemas como o abandono escolar, analfabetismo, baixa escolaridade e exclusão social, mais incidentes em contextos de insegurança alimentar. O sucesso escolar e académico acaba por se refletir em melhores empregos, numa maior produtividade e contributo para as sociedades.

A ligação verifica-se, igualmente, em sentido contrário, uma vez que investir em educação é uma das formas mais sustentáveis de promover a segurança alimentar a longo prazo. A educação promove a alfabetização alimentar e nutricional, motivando as pessoas a fazerem escolhas mais saudáveis e conscientes; a educação técnica e ambiental em comunidades rurais e agrícolas contribui para a produção sustentável de alimentos, melhorando a segurança alimentar local; a educação empodera mulheres e jovens o que se repercute na nutrição das famílias e comunidades. Assim, segurança alimentar, saúde e educação reforçam-se mutuamente.

CURSO ONLINE
FAO-Nações Unidas:
Melhorar a nutrição
através da agricultura
e sistemas alimentares



SABER MAIS SOBRE AS INTERLIGAÇÕES:
Alimentação e...

Alterações Climáticas



Direitos Humanos



Guerra



4. PRINCIPAIS QUADROS DE POLÍTICA EXISTENTES

Global

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) – art.º 25.

Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966) – art.º 11 – reforçado pelo seu Protocolo Facultativo que veio tornar o direito à alimentação vinculativo a nível internacional (entrou em vigor em 2013) e pelo Comentário Geral nº 12 do Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1999).

Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial (1996) definiu o conceito e estabeleceu sete compromissos que servem de base para alcançar a segurança alimentar sustentável para todos, bem como um Plano de Ação para implementar esses compromissos.

Outros tratados internacionais: **Convenção Internacional de Combate à Desertificação**; **Convenção sobre Biodiversidade** (1992), no âmbito da qual foi assinado o **Marco Global sobre Biodiversidade de Kunming-Montreal** (2022), com metas específicas para 2030 e 2050.

Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

“Anteemos um mundo (...) onde o alimento seja suficiente, seguro, acessível e nutritivo”.

Nesse sentido, estamos determinados “a acabar com a fome e alcançar a segurança alimentar como uma questão de prioridade e acabar com todas as formas de desnutrição” e que para isso “dedicaremos recursos ao desenvolvimento das zonas rurais, à agricultura sustentável e à pesca, apoiando os agricultores familiares, especialmente mulheres agricultoras, criadores de animais e pescadores nos países em desenvolvimento, particularmente nos países de menor desenvolvimento relativo”.



ODS 2 - Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Com ligações coerentes aos [ODS 1, 3, 5, 12, 14 e 15](#).

O **Pacto para o Futuro**, (aprovado em setembro de 2024 nas Nações Unidas) estabelece compromissos para erradicar a fome e a insegurança alimentar em todos os lugares do mundo (Ação 3) e para apoiar as pessoas e países afetados pelas crises humanitárias relacionadas (Ação 15), para além de prioridades no apoio ao desenvolvimento dos países mais pobres e vulneráveis e na concretização da Agenda 2030 nas suas várias dimensões.

União Europeia

Tratado sobre o Funcionamento da UE – Parte V (ação externa da União), art.º 208 (cooperação para o desenvolvimento e coerência das políticas); art.º 214 (ajuda humanitária)

Consenso Europeu para o Desenvolvimento, não vinculativo – Especialmente Pontos 24, 25, 55 e 56. A UE e os Estados Membros comprometem-se a realizar “esforços mais rápidos, coordenados e intersectoriais para erradicar a fome, aumentar a capacidade de produção de alimentos diversificados ao nível local e regional, garantir a segurança alimentar, a nutrição e reforçar a resiliência dos mais vulneráveis”

Pacto Ecológico Europeu (*Green Deal*) - pacote de iniciativas estratégicas para colocar a UE na via rumo a uma transição ambiental e climática, que inclui instrumentos relevantes ligados à segurança alimentar e nutricional: a **Estratégia do Prado ao Prato**, para tornar os alimentos na Europa mais saudáveis e sustentáveis, a Estratégia de biodiversidade da UE para 2030, que também deu origem à **Estratégia da UE para as Florestas 2030**, e o **Plano de ação para a economia circular**. A **Lei Europeia em matéria de Clima** (2021) e a **Lei do Restauro da Natureza** (2024), vêm estabelecer obrigações vinculativas para os Estados Membros, incluindo ligadas aos sistemas agroalimentares.

Política Agrícola Comum 2023-2027 (representa mais de 30% do orçamento total da EU), tendo cada Estado Membro elaborado o seu plano estratégico nacional. Está em discussão uma nova PAC para o Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034.

Diretiva europeia de Devida Diligência em Sustentabilidade Corporativa (maio de 2024) – incorpora o respeito pelos direitos humanos e pelo ambiente nas políticas e na **atuação das empresas** nas cadeias de valor.



Portugal

Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (RCM 132/2021) – interliga vários instrumentos de política e reafirma compromissos internacionais de Portugal nesta área.

Lei de Bases do Clima (2021) - estabelece princípios a respeitar pelas várias políticas interligadas e, no âmbito da política externa, a defesa dos compromissos internacionais e a cooperação e solidariedade internacional com os países do Sul Global.

Roteiro Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2030. Pretende assegurar a coerência global das políticas públicas, promovendo uma abordagem abrangente e integrada para o desenvolvimento e implementando soluções para integrar os ODS na ação de diferentes setores.

Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030 (RCM 121/2022)

Promove ativamente a Coerências das Políticas para o Desenvolvimento através de abordagens intergovernamentais e intersectoriais e da implementação da **RCM 82/2010** nesta matéria. Define nas suas prioridades setoriais objetivos interligados de proteção do ambiente, de gestão sustentável dos recursos naturais e de promoção da segurança alimentar e nutricional nos países em desenvolvimento parceiros da Cooperação Portuguesa, designadamente através de políticas, investigação e práticas agrícolas mais amigas do ambiente e resilientes, bem como do apoio a sistemas sustentáveis de produção de alimentos, com especial atenção às necessidades das comunidades locais.

O Regulamento da UE para Produtos Livres de Desflorestação (2023) pretende **reduzir a desflorestação associada aos produtos** consumidos no mercado da UE; a **Diretiva europeia de Devida Diligência em Sustentabilidade Corporativa** (maio de 2024) – incorpora o respeito pelos direitos humanos e pelo ambiente nas políticas e na **atuação das empresas** nas cadeias de valor.

Roda ODS
Exemplos de como
a segurança alimentar
se interliga com
todos os ODS



Ferramenta interativa:
progresso no ODS 2



VÍDEO
O que é o Direito
à Alimentação?



Conheça os apelos
das Nações Unidas para
as crises humanitárias
em curso



5. TENDÊNCIAS E PRÁTICAS INCOERENTES

Na interligação entre segurança alimentar e desenvolvimento, os últimos anos têm demonstrado tendências preocupantes na ótica de coerência das políticas, com a persistências de modelos, dinâmicas e práticas insustentáveis, a existência de violações dos direitos humanos nas cadeias de valor e até reforço de fenômenos como a apropriação de terras, afetando negativamente as comunidades locais e a sua segurança alimentar. Apesar de alguns avanços legislativos e políticos, as políticas agrícolas e comerciais da União Europeia, dos seus Estados Membros e de atores do setor privado continuam a ter impactos externos incoerentes que se refletem, particularmente, nos mais pobres e vulneráveis.

Assimetrias e concentração de poder no sistema agroalimentar

Quase metade da população mundial depende do setor agroalimentar para os seus meios de subsistência, mas o setor assenta em grandes assimetrias mundiais, com uma distribuição fortemente desigual dos alimentos e recursos produtivos, que se tem vindo a agravar, deixando para trás um grande número de intervenientes essenciais à segurança alimentar e, por conseguinte, à redução da pobreza.

Tem-se aprofundado a tendência de **concentração de poder em empresas e grupos empresariais transnacionais** (nomeadamente por via de aquisições e fusões de gigantes no setor), que controlam as cadeias de valor dos produtos agroalimentares a nível regional e mundial, favorecendo um número cada vez mais pequeno de atores, com riscos de agravamento das desigualdades - uma vez que aqueles que estão na base da cadeia (os trabalhadores das explorações agrícolas, os agricultores e produtores de pequena

escala, as comunidades rurais) têm grandes dificuldades na proteção dos seus direitos e na preservação de meios de subsistência que lhes assegurem uma vida digna.

Os modelos de produção agroalimentar predominantes ao longo das últimas décadas, com enfoque quase exclusivo no aumento da eficiência e produção, **favorecem as grandes explorações agrícolas, industriais e intensivas**: assim, as maiores explorações agrícolas, que pertencem ao 1% com maior dimensão, controlam hoje mais de 70% da terra cultivada no mundo. **O uso alargado de fertilizantes, pesticidas e químicos** (produzidos e comercializados pelas mesmas grandes empresas que atuam na produção e distribuição dos alimentos) ameaça cada vez mais a diversidade das colheitas e os ecossistemas, bem como a saúde humana. **A privatização e concentração do controlo sobre as sementes**, através da imposição de cláusulas para a proteção dos direitos de propriedade industrial, e os organismos geneticamente modificados também constituem ameaças à soberania alimentar dos países. A expansão das grandes empresas tecnológicas e digitais neste setor



(incluindo questões como o fluxo de dados – big data) também constitui uma ameaça à segurança alimentar e nutricional, particularmente dos mais pobres e vulneráveis.

Em suma, atualmente, apenas 4 empresas controlam 65% do mercado mundial de agroquímicos; 4 empresas controlam mais de 70% do comércio mundial de cereais e 4 empresas controlam 50% do mercado mundial de sementes.

Uma combinação de fatores – incluindo os incentivos financeiros, as mudanças tecnológicas, as alterações regulamentares, etc.- têm favorecido a concentração de poder no setor, entregando às empresas que estão no topo deste sistema um enorme poder de moldar o funcionamento dos mercados e o próprio contexto das políticas e regulamentação para que correspondam aos seus interesses, favorecendo dinâmicas adversas aos objetivos mais abrangentes dos sistemas alimentares, incluindo em questões como a sustentabilidade, a participação, a representatividade, a equidade e o poder de escolha.

Estas assimetrias acabam por **reforçar outras desigualdades**, uma vez que as pessoas ou grupos já historicamente “deixados para trás”, que estão em desvantagem e que detêm menor poder – como as mulheres, as minorias étnicas e as pessoas migrantes, os povos indígenas, os que estão em risco de exclusão social, as próprias comuni-

dades rurais – são mais afetados pelas desigualdades nas cadeias de valor. A desigualdade manifesta-se ainda na governança do sistema, incluindo na definição de políticas e nos processos de negociação e tomada de decisão, pois estas pessoas e grupos são afetados pelas políticas económicas, pelas políticas agrícolas e de alimentação, mas têm **pouca ou nenhuma voz** num debate que é dominado pelos governos e pelas grandes empresas.

A pressão sobre as terras e as violações de direitos humanos

Num contexto mundial em que mais de metade das terras habitáveis são utilizadas para a agricultura e em que há uma pressão crescente de várias indústrias e do sistema agroalimentar mundial sobre os **recursos naturais e na procura de matérias-primas agrícolas**, o acesso a recursos como a terra, a água e a energia torna-se cada vez mais estratégico e importante nos investimentos, financiamentos, comércio e crescimento económico. Quer o aumento das culturas agrícolas para a **alimentação de animais e a pecuária intensiva**, quer a **produção de biocombustíveis/agrocombustíveis** (para cumprir metas “verdes” de energia e clima) contribuíram para esta nova pressão no sistema alimentar mundial, na medida em que competem por esses recursos.



vika-chartier-iYDi7K7Ks00-unsplash_Kiriwina Island, Papua New Guinea_2020

A **expansão, apropriação, expropriação, aquisição e transferência de terras em grande escala nos países em desenvolvimento**, devido a projetos de investimento e comércio, sem consideração por outras vertentes essenciais a nível social e humano, tem originado violações dos direitos humanos e do direito ao desenvolvimento, principalmente em países com maiores fragilidades e em comunidades mais pobres, incluindo a violação de direitos sociais e laborais, destruição de meios de subsistência e disrupção de sistemas alimentares locais, desalojamentos forçados e apropriação indevida de terras (landgrabbing). Existem muitas evidências sobre a falta de “consentimento livre, prévio e informado” (um direito fundamental de povos indígenas e comunidades locais) e sobre a perda de acesso a terras e a recursos devido a acordos e contratos de larga escala com empresas de países desenvolvidos, com base na concessão para agronegócios, mineração e exploração petrolífera, em estudos de caso em África, na Ásia e na América Central e Latina – como nestas investigações em Mocambique e no Brasil.

No plano laboral, um pouco por todo o mundo, boa parte da indústria agroalimentar sujeita os seus trabalhadores a baixos salários, trabalho precário e falta de proteção social, trabalho forçado e infantil, negação dos direitos de livre associação, discriminação de trabalhadores migrantes e desigualdade de género.

Tudo isto é propiciado pelo facto de muitos destes países terem **quadros administrativos e garantias legais inadequadas**, mais flexíveis ou não aplicadas na prática, para assegurar a proteção dos direitos sociais, a preservação dos recursos naturais e do ambiente, ou a segurança dos direitos de propriedade fundiária por parte das comunidades locais. Em alguns casos, a pressão da agroindústria e dos agronegócios conta com a cumplicidade de alguns governos e outros atores nos países em desenvolvimento, trabalhando em colaboração para implementarem projetos e investimentos que implicam perfuração, ocupação de

terras, desflorestação, e outros impactos nocivos no ambiente e nos direitos humanos.

Ligado a esta questão, está outra dimensão destas incoerências: o **aumento da perseguição, crimes e violência sobre ativistas** que defendem os direitos das comunidades locais e/ou a proteção do ambiente, num contexto geral de ameaças crescentes à atuação da sociedade civil em muitos contextos, e com muitos dos casos documentados de violência a oporem o Estado, os militares e/ou as empresas, de um lado, e as comunidades rurais/locais do outro. Tal verifica-se particularmente em países da América Central e Latina, mas também na Ásia e em África - como acontece no Brasil, na Colômbia, nas Honduras, nas Filipinas, na R. D. Congo, entre outros.

Isto não significa que não existam **tendências positivas de resposta a estas incoerências**. Na União Europeia, a aprovação recente de legislação nestas matérias, como o Regulamento da UE sobre Produtos Livres de Desflorestação (EUDR) e a Diretiva de Devida Diligência em Sustentabilidade Corporativa (CSDDD), é muito relevante para diminuir os impactos nocivos no ambiente e a violação de direitos humanos e sociais associada a produtos importados e comercializados na UE - embora o seu alcance seja pouco ambicioso e exista pressão para o protelamento, revisão e até eliminação da CSDDD. Verifica-se uma consciencialização geral cada vez maior sobre os impactos dos projetos e investimentos no setor agroalimentar; os consumidores dos países mais ricos estão mais exigentes; a sociedade civil tem-se mobilizado para denunciar e apresentar queixas sobre as violações dos direitos humanos; e existe uma maior mobilização dos camponeses, dos produtores e das comunidades no Sul Global para reclamarem opções alternativas para os sistemas alimentares, baseados na segurança e soberania alimentar. A sensibilização sobre estas matérias e o empoderamento das comunidades são, portanto, fundamentais para a transformação.

Impactos externos das políticas agrícolas, comerciais e de investimento da UE

No âmbito das políticas comerciais e de investimento externo, as regras de transparência e de responsabilização dos vários intervenientes sobre direitos humanos e responsabilidade social estão ainda pouco implantadas na prática. A **aprovação recente de legislação nestas matérias**, como o Regulamento da UE sobre Produtos Livres de Desflorestação e a Diretiva de Devida Diligência em Sustentabilidade Corporativa, é muito relevante para diminuir os impactos nocivos no ambiente e a violação de direitos humanos e sociais associados às operações, cadeias de valor e relações comerciais com países terceiros. No entanto, verifica-se grande pressão de setores empresariais e industriais, bem como de alguns Estados-Membros, para que a implementação desta legislação seja protelada ou mesmo que não seja aplicada, tendo sido recentemente **aprovadas revisões que a afastam das orientações das Nações Unidas** sobre Empresas e Direitos Humanos. Além disso, a legislação (e as alterações aprovadas) não integram devidamente salvaguardas que atendam às necessidades dos pequenos produtores no início das cadeias agroalimentares nos países do Sul Global, devendo ser combinada com outras medidas e instrumentos nesse sentido.

A **Política Agrícola Comum** (PAC) da UE tem estado centrada quase exclusivamente em sustentar os rendimentos dos agricultores e da produção europeia, sem que nenhum dos seus dez objetivos estratégicos (da PAC 2023-2027) esteja ligado aos efeitos desta política fora do espaço europeu. No entanto, ao longo das décadas, tem tido vários efeitos incoerentes na segurança alimentar e nos setores agrícolas de países com menores rendimentos, particularmente na sua combinação com outras políticas, como as políticas comerciais, de energia, ambiente, alimenta-

ção, transporte, leis da concorrência, entre outras.

Através dos fortes incentivos à exportação e produção excedentária de alguns produtos – particularmente carne, cereais e produtos lácteos – tem-se afetado a produção e sistemas agroalimentares locais, nos países mais pobres e vulneráveis. Por exemplo, estão documentadas evidências sobre como a **indústria de laticínios europeia**, cujas exportações são fortemente apoiadas pela UE, com práticas de *dumping*, tem contribuído para destruir o setor em vários países da África Ocidental, numa região onde a pastorícia é uma atividade económica importante e muitos produtores de pequena escala dependem da produção e comercialização destes produtos. Além disso, o **modelo de importação de soja** para suprir necessidades do mercado europeu tem tido impactos nocivos a nível ambiental e social, particularmente na América Latina.

As atuais negociações do próximo **Quadro Financeiro Plurianual** (QFP) da UE (o qual incluirá uma reforma da PAC) preveem um corte nos fundos para a agricultura e para a coesão. A “Visão para a agricultura e a alimentação”, apresentada pela Comissão Europeia, está centrada na proteção (face a ameaças externas, principalmente), competitividade e sustentabilidade do setor agroalimentar europeu, no plano interno e externo – o que implica políticas e ações com eventual impacto nocivo nos países mais pobres e vulneráveis, incluindo a “maior assertividade na defesa das exportações de produtos europeus”, deixando a promoção da segurança alimentar e nutricional global para outros instrumentos e políticas (como a política de desenvolvimento). No âmbito da cooperação para o desenvolvimento, contudo, perspetivam-se tempos difíceis, uma vez que terá tendência a ser diluída noutras prioridades da ação externa, no quadro do QFP, ao que se junta uma diminuição destes orçamentos na maioria dos Estados Membros e a crescente instrumentalização destes fluxos para a prossecução de interesses securitários/de defesa e económicos/comerciais.

ORIENTAÇÕES PARA POLÍTICAS COERENTES

Diretrizes voluntárias (FAO, Nações Unidas)

**Sobre sistemas alimentares
e nutrição (2021)**



**Diretrizes Voluntárias
para Apoiar a Realização
Progressiva do Direito Humano
à Alimentação Adequada
no Contexto da Segurança
Alimentar Nacional**



**Guia da OCDE FAO
para Cadeias de Fornecimento
Responsáveis no setor agrícola**



**Diretrizes para o apoio e promoção da Agricultura
Familiar nos Estados-Membros da CPLP**



**Ferramenta: The Great Food Puzzle
Oferece aos stakeholders um ponto de partida para
a transformação dos sistemas alimentares**



6. CHECKLIST DE POLÍTICAS COERENTES

A transformação dos sistemas alimentares exige uma abordagem multifacetada que integre várias ações estratégicas, adaptadas ao contexto único de cada país, e que interligue de forma coerente as várias políticas relacionadas - da agricultura às pescas, do comércio e investimento ao desenvolvimento local, do ambiente ao acesso à justiça. Implica também avanços coerentes na regulamentação, a implementação dos compromissos internacionais assumidos pelos países, e uma responsabilização dos intervenientes ao longo das cadeias de valor. Uma grande diversidade de atores são chamados a colaborar e agir em múltiplas frentes, para que seja possível progredir no direito à alimentação e garantir a segurança alimentar e nutricional para todos.

Pilares de políticas coerentes

Coerência com a redução da pobreza e os compromissos internacionais de desenvolvimento

Assegurar que os sistemas agroalimentares evoluem no sentido de maior coerência com os princípios internacionais assumidos, incluindo através do reforço da cooperação internacional e da regulamentação global.

Combater desigualdades nos sistemas agroalimentares e eliminar legislação, de políticas e de práticas, apoios e incentivos incoerentes com o desenvolvimento sustentável nas suas várias dimensões.

Coerência com as prioridades e esforços de desenvolvimento local integrado

Apoio sustentado a sistemas agroalimentares liderados e/ou apropriados localmente, garantindo a adequação a cada contexto e o alinhamento com as prioridades de cada país, particularmente nos países mais pobres e vulneráveis, promovendo a resiliência, o desenvolvimento local e rural integrado, e a soberania alimentar.

Coerência com os direitos humanos, sociais e ambientais

Identificação, responsabilização e sancionamento de práticas insustentáveis e de violação de direitos humanos por parte de intervenientes na gestão dos recursos naturais e ao longo de toda a cadeia de valor dos produtos agroalimentares. Implementação concreta de uma abordagem de direitos humanos às políticas agrícolas, comerciais e de investimento.



Second Agricultural Trade Fair of South Sudan Emphasizes Food and Human Security_2012_south sudan_UN7307423_d4f_Isaac Billy

No âmbito geral:

- ✓ Promover ativamente **abordagens integradas, intergovernamentais, multissetoriais e multi-atores** à Segurança Alimentar e Nutricional e à prossecução do Direito à Alimentação, em que se interliguem de forma coerente as várias políticas setoriais relevantes, os vários pilares da segurança alimentar – disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade dos alimentos – e os vários níveis de atuação, do local ao global.
- ✓ Alinhar as **políticas, instrumentos, incentivos e práticas agrícolas com o desenvolvimento sustentável**, apoiando soluções baseadas na natureza (SBN), práticas agroecológicas e regenerativas, agricultura familiar e pequena produção local, aumento da eficiência e redução do desperdício alimentar ao longo de toda a cadeia de valor, incentivos ao comércio e cadeias de abastecimento justas, a reconversão de atividades intensivas e poluentes, o desenvolvimento territorial e rural integrado.
- ✓ Implementar e operacionalizar **a legislação da UE nestas matérias**, designadamente sobre a **desflorestação** e sobre **dever de devida diligência em sustentabilidade corporativa**, de forma a garantir que os produtos comercializados e consumidos na Europa respeitam os direitos humanos, sociais, laborais e ambientais nas cadeias de valor dos vários produtos, bens e serviços do sistema agroalimentar.
- ✓ Garantir, em todos os acordos, projetos e programas, uma **consulta adequada e a participação informada** das comunidades afetadas, o respeito por direitos coletivos e consuetudinários da terra, e o direito das comunidades ao consentimento prévio, livre e informado sobre o uso de terras e recursos naturais em todas as fases dos projetos, incluindo **mecanismos simples e adequados para denúncia do incumprimento, reclamação e acesso** a soluções por parte dos grupos sociais e comunidades afetadas.
- ✓ Reforçar a **Educação para o Desenvolvimento** nesta matéria e informar, sensibilizar e mobilizar para as assimetrias, injustiças e desequilíbrios nos sistemas agroalimentares e para as causas e consequências da crise alimentar nas pessoas e no planeta, bem como para as soluções adequadas.

No plano externo/internacional:

- ✓ Contribuir para reforçar a **cooperação multilateral e internacional** nestas matérias, no aprofundamento do diálogo, diplomacia e advocacy para (i) responder às necessidades de financiamento para a segurança alimentar no contexto de apelos humanitários e de crises, (ii) uma melhor monitorização dos compromissos assumidos nas Nações Unidas; (iii) concluir instrumentos multilaterais mais abrangentes e vinculativos que promovam o direito à alimentação, designadamente um Tratado sobre a atuação de empresas multinacionais.
- ✓ Garantir que a definição e implementação de **políticas setoriais** relevantes no âmbito da segurança alimentar e nutricional (política agrícola, comercial, de pescas, produção e consumo, de gestão de recursos naturais, energética e ambiental, etc.) têm em **especial atenção o impacto nos mais pobres e vulneráveis e a coerência** com os objetivos de desenvolvimento, nos países em desenvolvimento e a nível global - e monitorizando essas interligações e impactos - em consonância com a CPD.
- ✓ **Proseguir um apoio ativo e sustentado com enfoque nos parceiros prioritários da Cooperação Portuguesa**, para aumentar a resiliência e o empoderamento das comunidades, apoiar a implementação de sistemas de proteção social e reforço das capacidades de regulação, melhorar o acesso de pequenos produtores a cadeias de valor global, remover legislação e práticas discriminatórias no acesso a recursos produtivos (p. ex. das mulheres) e investir num desenvolvimento rural integrado e inclusivo, **de acordo com as prioridades e necessidades dos países parceiros e com as orientações da ECP 2030**. Garantir que os projetos apoiados se traduzem num efetivo desenvolvimento de capacidades e transferência de tecnologia e conhecimento para os países parceiros do desenvolvimento.
- ✓ A nível europeu, promover a **adequação das políticas agrícolas, comerciais e agroalimentares da União Europeia** à Agenda 2030, incluindo na defesa de uma **Política Agrícola Comum** (PAC) mais inclusiva, justa e promotora da segurança alimentar e nutricional, através de: (i) uma monitorização sistemática dos seus impactos na segurança alimentar nos países em desenvolvimento; (ii) medidas de minimização dos impactos locais da sobreprodução e exportações de produtos agrícolas da UE para mercados dos países mais pobres e vulneráveis; (iii) apoios à reconversão das atividades agroalimentares com grande impacto no ambiente (agropecuária, agricultura intensiva, etc.) e para a incorporação de práticas agroecológicas mais sustentáveis; (iv) reforço dos apoios ao desenvolvimento rural local e a pequenos produtores, reduzindo desigualdades e promovendo a justiça social.

Ficha técnica:

Título: Desenvolvimento e Segurança Alimentar e Nutricional - Quadro de Ação para Políticas Coerentes

Coordenação: Patrícia Magalhães Ferreira

Investigação/Redação: Patrícia Magalhães Ferreira

Design gráfico e paginação: Matrioska Design

Impressão: Just Print Colours

Edição: FEC | Fundação Fé e Cooperação

Local de Edição: Lisboa

Data de Edição: Julho de 2025

Fotografia: (foto de capa) SegAli_MINUSMA Funds a Farming Cooperative in Mali_UN Photo Harandane Dicko722769

Copyright © FEC – Fundação Fé e Cooperação e IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr

www.coerencia.pt

Este paper foi produzido no âmbito do projeto Coerência - O Eixo do Desenvolvimento. As opiniões veiculadas no paper são da responsabilidade exclusiva da autora, não exprimindo posições institucionais nem vinculando qualquer instituição.

Este documento enquadra-se na produção de conhecimento e sensibilização sobre CPD, complementado por outros estudos e papers elaborados. Para uma análise mais aprofundada sobre esta temática, consultar o estudo [Desenvolvimento e Segurança Alimentar e Nutricional: Perspetivas e \[Des\]equilíbrios \(2021\)](#) e o website www.coerencia.pt

Porque defendemos a igualdade de género como um valor intrínseco aos Direitos Humanos, onde se lê “o” deve ler-se também “a” sempre que aplicável, de forma a garantir o respeito pela igualdade de género também na escrita. Pode copiar, fazer download ou imprimir os conteúdos desta publicação (utilize papel certificado ou reciclado). Pode utilizar trechos desta publicação nos seus documentos, apresentações, blogs e website desde que mencione a fonte.



#COERÊNCIA
O EIXO DO DESENVOLVIMENTO

UMA PARCERIA:



COFINANCIADO POR:

